

Termo de Referência 58/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
58/2023	110404-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	UIARA ALVES DOS SANTOS MOREIRA	15/12/2023 15:29 (v 7.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	90322/2023	60585.001061 /2023-97

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviço de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores das marcas CHEVROLET, MERCEDES BENZ, FIAT, CITROEN e TOYOTA, a serem executados, de forma contínua sem dedicação exclusiva de mão de obra, que será realizada por meio de Pregão Eletrônico, tendo como referência o modelo disponibilizado pela AGU - Lei nº 14.133/2021, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DOS MATERIAIS OU SERVIÇOS							
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CAT MAT /SER	UND	QTDE	VALO UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	1	Prestação de serviços para manutenção mecânica, elétrica, corretiva e/ou preventiva de veículos linha LEVE CHEVROLET.	3565	Mão de obra/hora oficina	16	200,88	R\$ 3.214,08
	2	Fornecimento de peças novas (mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade das peças de produção original/genuína da ABNT NBR 15296/2015), com o maior desconto sobre a tabela oficial de preços mais vantajosa, sendo a utilizada por concessionárias autorizadas de peças e de acessórios do fabricante ou sobre a tabela Audatex/similar. Linha LEVE CHEVROLET.	446573	Unidade de Referência	18.889	1,00	18.889,00

2	3	Prestação de serviços para manutenção mecânica, elétrica, corretiva e/ou preventiva de veículos linha LEVE MERCEDES BENZ.	3565	Mão de obra/hora oficina	24	263,38	6.321,12
	4	Fornecimento de peças novas (mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade das peças de produção original/genuína da ABNT NBR 15296/2015), com o maior desconto sobre a tabela oficial de preços mais vantajosa, sendo a utilizada por concessionárias autorizadas de peças e de acessórios do fabricante ou sobre a tabela Audatex/similar. Linha LEVE MERCEDES BENZ.	446573	Unidade de Referência	25.502	1,00	25.502,00
3	5	Prestação de serviços para manutenção mecânica, elétrica, corretiva e/ou preventiva de veículos linha LEVE FIAT.	3565	Mão de obra/hora oficina	10	195,88	1.958,80
	6	Fornecimento de peças novas (mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade das peças de produção original/genuína da ABNT NBR 15296/2015), com o maior desconto sobre a tabela oficial de preços mais vantajosa, sendo a utilizada por concessionárias autorizadas de peças e de acessórios do fabricante ou sobre a tabela Audatex/similar. Linha LEVE FIAT.	446573	Unidade de Referência	16.950	1,00	16.950,00
4	7	Prestação de serviços para manutenção mecânica, elétrica, corretiva e/ou preventiva de veículos linha LEVE CITROEN.	3565	Mão de obra/hora oficina	24	245,88	5.901,12
	8	Fornecimento de peças novas (mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade das peças de produção original/genuína da ABNT NBR 15296/2015), com o maior desconto sobre a tabela oficial de preços mais vantajosa, sendo a utilizada por concessionárias autorizadas de peças e de acessórios do fabricante ou sobre a tabela Audatex/similar. Linha LEVE CITROEN.	446573	Unidade de Referência	31.392	1,00	31.392,00
5	9	Prestação de serviços para manutenção mecânica, elétrica, corretiva e/ou preventiva de veículos linha LEVE TOYOTA.	3565	Mão de obra/hora oficina	24	250,88	6.021,12
	10	Fornecimento de peças novas (mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade das peças de produção original/genuína da ABNT NBR 15296/2015), com o maior desconto sobre a tabela oficial de preços mais vantajosa, sendo a utilizada por concessionárias autorizadas de peças e de acessórios do fabricante ou sobre a tabela Audatex/similar. Linha LEVE TOYOTA	446573	Unidade de Referência	26.100	1,00	26.100,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO							142.249,24

(*) Estimativa realizada pelos Setores Documento de Formalização de Demanda - DFD 24 (6316169) e NUPP conforme Mapa Comparativo de Preços (6407636).

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar. (art. 6º, XXIII, "a", da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 9º, I, "a", da IN SEGES ME nº 81 /2022).

1.2.1. A quantidade mínima de unidade a ser cotada pela licitada deverá ser a de 50% (cinquenta por cento) demanda para cada item, de acordo com o Art. 82, inciso II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.2.2. Desse modo, ressalta-se que a previsão de requisição mínima e máxima não tem o condão de restringir ou limitar à competitividade, mas indicar as capacidades que os licitantes devem possuir para atendimento da demanda.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela apresentada no subitem 1.1.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da assinatura do termo de contrato, prorrogável por até 10 anos (vigência máxima decenal), na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é uma necessidade permanente, sendo a vigência anual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, **apêndice I** deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000002/2023

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: 852

IV) Classe/Grupo: 871 – Serviço de Manutenção e reparo de produtos fabricados e metal, maquinaria e equipamentos.

V) Identificador da Futura Contratação: 110404-322/2023.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Apêndice I deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes, critérios e práticas de sustentabilidade ambiental, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e em especial os artigos 170, inciso VI e 225, o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, com a Lei nº 12.977/2014, com a Lei nº 12.187/2009, com a Lei nº 12.305/2010, Decreto nº 11.413/2023, com a Instrução Normativa nº 9/2021 Ibama, Resoluções do CONAMA, Portarias INMETRO, do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 6ª edição, revista, atualizada, ampliada – Setembro/2023, CTF e demais Atos Normativos pertinentes ao assunto.

4.1.2. Visando a efetiva adoção e aplicação de critérios, práticas, ações ambientais e ações socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

VEÍCULOS E MATERIAIS AUTOMOTIVOS		
OBJETO	RECOMENDAÇÕES E/OU PROVIDÊNCIAS	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E/OU TEÓRICA
PNEUS e BORRACHAS EM GERAL	Recomenda-se que a CONTRATADA providencie o recolhimento dos pneus usados e/ou inservíveis originários da contratação e providencie o recolhimento adequado e o descarte dos pneus usados e/ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante e /ou importador ou entregá-los ao estabelecimento que houver a realizado a troca do pneu usado e/ou inservível por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada para viabilizar a sua reciclagem e a operacionalização da logística reversa para local ambientalmente adequado para o fim destinado devidamente licenciado. Recomenda-se exigir o recolhimento, a destinação adequada e a apresentação do Certificado de destinação ambientalmente adequada, quando for caso. Recomenda-se, ainda, que a CONTRATADA providencie a separação dos demais itens e/ou componentes ligados a borrachas provenientes da contratação, por meio de cortes, separação,	Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos; Instrução Normativa Ibama nº 09/2021; Resolução Conama nº 416/2009; GNCS - 6ª Edição /2023; CTF categoria 9 e

	acondicionamento, transporte e demais meios necessários e suficientes para sua a destinação final.	Legislações correlatas.
ÓLEOS LUBRIFICANTES E DEMAIS FLUÍDOS	Recomenda-se que a CONTRATADA que durante o recolhimento dos fluídos usados e/ou contaminados, bem como de seus resíduos e embalagens, destinação correta para efluentes, medidas preventivas contra incêndios ou explosões, promover o descarte correto de resíduos, promover o destino correto de plásticos e embalagens e entre outros, a CONTRATADA deverá, ainda, providenciar que seu armazenamento seja em embalagens e/ou recipientes adequados e resistentes à vazamento de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou varejo, que tenha a obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada.	<p>Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;</p> <p>Resolução CONAMA nº 362/2005;</p> <p>Resolução CONAMA nº 450/2012;</p> <p>GNCS - 6º Edição /2023; CTF categoria 18 e</p> <p>Legislações correlatas.</p>
BATERIAS AUTOMOTIVAS	Recomenda-se que a CONTRATADA durante o recolhimento da bateria e demais componentes correlatos, possua atenção especial à sua própria segurança, usando, ainda, proteção especial para os olhos, tendo em vista os problemas de fuga de chumbo ácido e demais elementos químicos. O transporte deve ser dentro de um recipiente devidamente adequado para o fim a que se destina e em posição vertical, segura e estável e o descarte deve por uma empresa apta a dar a devida destinação ao fim de que sejam recicladas, tendo em vista que as baterias automotivas não podem ser misturadas com os outros materiais por possuírem componentes tóxicos. Sendo assim, este material é reincorporado ao processo de produção.	<p>Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;</p> <p>Decreto Nº 11.413, de 2023;</p> <p>Resolução CONAMA nº 401 de 2008;</p> <p>GNCS - 6º Edição /2023; CTF categoria 17 e</p> <p>Legislações correlatas.</p>

VIDRO	Recomenda-se que a CONTRATADA durante o recolhimento e/ou substituição dos vidros, acondicione o conteúdo dentro de embalagens e/ou recipientes devidamente seguro e identificado, com a finalidade de contenção, conservação, manuseio, proteção e transporte até o ponto de reciclagem, recebimento, coleta, consolidação e/ou beneficiamento onde ocorra a retirada de impurezas do caco, para viabilizar a sua reciclagem e a operacionalização da logística reversa para local ambientalmente adequado para o fim destinado devidamente licenciado.	Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos; Decreto nº 11.300/2022 GNCS - 6º Edição /2023; CTF categoria 2 e Legislações correlatas.
LÂMPADAS	Recomenda-se que a CONTRATADA realize o recolhimento das lâmpadas e acondicione o conteúdo dentro de embalagens e/ou recipientes devidamente seguro e identificado, com a finalidade de contenção, conservação, manuseio, proteção e a operacionalização da logística reversa para local ambientalmente adequado para o fim destinado devidamente licenciado para a reciclagem, recebimento, coleta, consolidação e/ou beneficiamento onde ocorra a viabilização de sua reciclagem e completando o ciclo de regeneração.	Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos; GNCS - 6º Edição /2023; CTF categoria 2 e Legislações correlatas.
COMPONENTES ELETROELETRÔNICOS E SEUS COMPONENTES	Recomenda-se que a CONTRATADA realize o separação dos componentes substituídos originários da contratação, e após a separação realize o devido descarte em locais devidamente apropriados e acondicione o conteúdo dentro de embalagens e/ou recipientes devidamente seguro e identificado, com a finalidade de contenção, conservação, manuseio, proteção e a operacionalização da logística reversa para local ambientalmente adequado para o fim destinado devidamente licenciado para a reciclagem, recebimento, coleta, consolidação e/ou beneficiamento onde ocorra a viabilização de sua reciclagem e completando o ciclo de regeneração.	Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos; GNCS - 6º Edição /2023; CTF categoria 5 e Legislações correlatas.

4.1.3. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de pneus, com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO nº 379 de 2021, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

4.2. A licitante deverá adotar as seguintes práticas abaixo discriminadas na execução dos serviços:

a. que a empresa forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; e

b. respeite as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.3. A descrição dos requisitos necessários para a escolha da solução, abrange a contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores pertencentes à frota do Ministério da Defesa, a serem executados como serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

4.4. Todos os serviços serão realizados nas oficinas de propriedade da Contratada, desde que atenda à especificação contida neste Termo de Referência.

4.5. Eventualmente, pela complexidade técnica de alguns serviços, será admitida a utilização de oficinas colaboradoras/parceiras, especializadas, desde que possua contrato firmado com a Contratada e tenha a anuência do Contratante.

4.6. As instalações, com espaço físico coberto fechado e seguro adequado, localizada a uma distância rodoviária de, no máximo, 30 km (trinta quilômetros) do endereço da contratante sob pena de aplicação de sanções administrativas.

4.7. A contratada deverá possuir estrutura predial e espaço físico adequados para linha leve, onde os veículos em manutenção ou estacionados em espera sejam mantidos em área segura e coberta.

4.8. Realizar as revisões de caráter preventivo conforme a necessidade da frota.

4.9. A contratada deverá possuir seguro para os veículos em manutenção ou estacionados em espera, com cobertura contra incêndio, danos materiais, roubo e furto.

4.10. A Contratante poderá realizar a qualquer tempo, diligência nas dependências da licitante classificada em primeiro lugar, para averiguação da capacidade em atender as exigências do presente instrumento no que se refere às instalações físicas, equipamentos e mão de obra especializada para a prestação dos serviços objeto do certame licitatório sob pena de inabilitação.

4.11. Considerando que a prestação de serviços de manutenção de veículos é uma atividade complexa e especializada, com utilização de ferramentas diversas, aparelhos computadorizados, devido alguns veículos possuírem componentes eletroeletrônicos que necessitam de monitoramento e diagnósticos precisos, a Contratada deve dispor de uma estrutura mínima composta de: instalações físicas adequadas, aparato tecnológico traduzido em equipamentos eletroeletrônicos apropriados e mão-de-obra especializada em mecânica em geral.

4.12. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço (Declaração do Licitante - **Apêndice II**), como requisito para celebração do contrato.

4.13. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste instrumento.

Indicação de marcas ou modelos (41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021).

4.14. Na presente contratação será admitida a indicação das seguintes marcas características ou modelos **CHEVROLET, MERCEDES BENZ, FIAT, CITROEN e TOYOTA**, de acordo com as justificativas contidas neste Termo de Referência:

4.14.1. inciso I do art. 41, da Lei nº 14.133, de 2021 diz que no caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado.

4.14.2. Conforme tópico acima, a indicação das marcas **CHEVROLET, MERCEDES BENZ, FIAT, CITROEN e TOYOTA**, com a exclusão de marcas similares, se faz devido ao órgão possuir em sua frota, veículos das citadas marcas, dando assim, continuidade de utilização as já existentes, e que a aquisição de peças de outras marcas, as quais não indicadas pelo fabricante, poderá resultar em problemas futuros, inclusive na segurança de seus passageiros, mencionando ainda, que por existir no mercado uma ampla quantidade de fornecedores, não caracteriza direcionamento tampouco limitação a competição entre as licitantes.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.15. A Administração não aceitará o fornecimento de peças e/ou itens remanufaturados/recondicionados/recuperados e paralelos, mesmo que pertencentes à linha de montagem das marcas **CHEVROLET, MERCEDES BENZ, FIAT, CITROEN e TOYOTA**.

Da exigência de carta de solidariedade

4.16. Não será exigida carta de solidariedade.

Subcontratação

4.17. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.18. Não haverá exigência de garantia da contratação conforme os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.19. Para a contratação em tela, não será exigida a vistoria.

4.19.1. Este Termo de Referência reúne informações suficientes para elaboração de propostas, de tal sorte que não seja necessária a vistoria para os licitantes que assim não desejarem.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A execução dos serviços será iniciada mediante emissão de Ordem de Serviço (Apêndice III), que será enviada ao contratado com um prazo de antecedência de, no mínimo, 3 (três) dias da data da realização do serviço.

5.1.2. Realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva em oficina especializada própria, com funcionários qualificados e emprego exclusivo de peças, suprimentos e acessórios genuínos, retífica, usinagem, recuperação, instrumentos e ferramentas de uso comum das montadoras dos respectivos veículos.

5.1.3. Realizar, sempre que possível e mediante autorização prévia do Contratante, serviços corretivos e preventivos na Seção de Gerenciamento de Frota do Ministério da Defesa (MD); vetado, sob qualquer alegação, o uso de ferramentas pertencentes ao MD.

5.1.4. Apresentar relação de peças, suprimentos e acessórios a ser aplicado e seu respectivo orçamento após a checagem “in loco”, bem como, sugerir a recuperação das peças, nos casos que couber solução alternativa, desde que não comprometa a segurança, qualidade e originalidade do veículo.

5.1.5. Constar nos orçamentos dos serviços a serem realizados:

5.1.5.1. a sua descrição;

5.1.5.2. o total de horas; e

5.1.5.3. o valor bruto e o valor com desconto contratual.

5.1.6. Constar nos orçamentos de peças:

5.1.6.1. a sua descrição, inclusive marca e código; e

5.1.6.2. o valor bruto e o valor com desconto contratual.

5.1.7. Somente iniciar os serviços corretivos, preventivos, reboque, substituição de peças, suprimentos, acessórios, usinagem ou qualquer ato que possa vir a gerar despesa, mediante prévia comunicação da contratante por meio de e-mail e/ou telefones informados e/ou emissão de Ordem de Serviço.

5.1.8. Assumir e arcar com todas as responsabilidades, inclusive financeira, sob a elaboração equivocada de orçamento de serviços, peças, suprimentos e acessórios após a aprovação por parte do Contratante; vetada a possibilidade de orçamento complementar.

5.1.9. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados aos veículos, seus equipamentos básicos e acessórios, durante a permanência em suas instalações ou oficina, inclusive em relação à responsabilidade civil e financeira sobre infrações de trânsito e multas decorrentes dos testes, condução e transporte de veículo para reparo.

5.1.10. Indenizar, em valores atualizados e em moeda corrente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência do fato, os danos parciais e/ou totais, causados aos veículos do MD, durante a execução de serviços, deslocamentos para manutenções, testes, transporte em reboque ou outro evento, de qualquer natureza, sem prejuízo de outras sanções, independentemente se ocorrido o fato por dolo, culpa, negligência, imperícia ou imprudência, salvo disposição legal em contrário.

5.1.11. Indenizar, na forma do subitem anterior, o furto ou roubo de veículo do MD sob sua responsabilidade, independentemente da natureza do fato, salvo disposição legal em contrário.

5.1.12. Responsabilizar-se por danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus empregados, quando da execução dos serviços, condução, transporte de veículos e testes.

5.1.13. Apresentar, sempre que solicitado, documentos e/ou embalagens que comprovem ser as peças, os suprimentos e acessórios genuínos (pertencente à linha de montagem da montadora de cada marca de veículo).

5.1.14. Dar conhecimento formal ao Contratante sobre irregularidades e falhas operacionais constatadas durante as manutenções, indicando as devidas correções e/ou medidas saneadoras.

5.1.15. Atender prontamente as reclamações sobre a qualidade dos serviços prestados pelos seus técnicos e auxiliares, corrigir de imediato o problema e fornecer os esclarecimentos que se fizerem necessários.

5.1.16. Permitir o livre acesso do Contratante as dependências da oficina, para fiscalização dos serviços ou outros procedimentos inerentes ao contrato, podendo ainda, estar acompanhado de qualquer outra pessoa capaz de sua confiança, inclusive para emitir laudos, conferir todo tipo de reparos, instalação de peças, suprimentos e acessórios a serem utilizados nos veículos.

5.1.17. Prestar informações precisas e coesas solicitadas pelo Contratante ou por pessoa por ele indicada.

5.1.18. Reparar defeitos ou substituir peças, suprimentos ou acessórios dos veículos com recursos próprios, em caso de dano causado direta ou indiretamente, por culpa ou dolo, de qualquer dos seus técnicos, auxiliares ou terceiros, quanto do(s) veículo(s) sob sua responsabilidade.

5.1.19. Fornecer e/ou instalar apenas peças genuínas pertencentes à linha de montagem da montadora, devidamente lacrada, para fins de pagamento e conferência prévia pelo Fiscal do Contrato.

5.1.20. Recuperar, sempre que possível e sem prejuízo da qualidade e segurança, componentes em geral, materiais e acessórios, que porventura não tenha no mercado para compra ou que sua utilização aceite a recuperação.

5.1.21. Reparar, corrigir, remover, reconstruir, substituir, usinar, polir, moldar, retificar, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste TR em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados.

5.1.22. Instalar, peças, suprimentos, acessórios e materiais afins, adquiridos pelo Contratante junto a terceiros, ficando a Contratada limitada à execução dos serviços. Tal condição não a isenta de responsabilidade sobre a má aplicação ou dano do material adquirido, que nesses casos, deverá ser repostado imediatamente, às expensas totais da Contratada.

5.1.23. Rebocar, às suas expensas, imediatamente após o comunicado, quando os veículos do MD ficarem impossibilitados de locomoção, decorrente de pane ou falha elétrica, eletrônica, mecânica, inclusive sinistro, em toda localidade do **Distrito Federal ou num raio de até 100 km.**

5.1.24. Proibir a permanência ou viagem de qualquer pessoa no interior do veículo, durante a operação de reboque.

5.1.25. Rebocar os veículos do MD apenas em veículos preparados para esta finalidade, de preferência do tipo plataforma suspensa. Vetado o uso de cordas, cabos, similares ou “cambão” de qualquer natureza.

5.1.26. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a apresentá-las saldas na época de pagamento de cada Nota Fiscal, dado que, seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício decorrente com o Contratante.

5.1.27. Assumir a responsabilidade por todas as providências a serem adotadas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando seus empregados sofrer qualquer tipo de acidente no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em trânsito ou nas dependências do Contratante.

5.1.28. Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas no ato convocatório, onde também farão parte os regramentos deste TR.

5.1.29. No ato de entrega do veículo, a Contratada deverá apresentar ao Gestor do contrato o documento fiscal dos serviços e peças que foram aplicadas, para conferência e atesto posteriormente.

5.1.30. A Contratada deverá ter sede própria no Distrito Federal e a oficina mecânica deverá estar localizada na distância máxima de **30 km (trinta)** do Ministério da Defesa.

5.1.31. Os serviços de revisão preventiva deverão ocorrer no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da autorização expressa para sua realização. A autorização para a realização de serviço acompanha a Ordem de Serviço para substituição de peças, suprimentos e acessórios, quando se fizer necessário.

5.1.32. Os serviços mecânicos corretivos deverão ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da autorização expressa para sua realização. A autorização para a realização do serviço deverá ser acompanhada

de Ordem de Serviço para substituição de peças, suprimentos e acessórios ou quando do fornecimento dos materiais necessários, por parte do Contratante.

5.1.33. Os serviços corretivos de lanternagem, pintura, funilaria, instalação de acessórios e capotaria deverão ser acordados entre a Contratada e o Contratante, não podendo ser superior a 20 (vinte) dias úteis.

5.1.34. Contar-se-á o prazo para conclusão dos serviços a partir da autorização expressa para sua realização e ordem para aquisição de peças, suprimentos e acessórios;

5.1.35. Caso o Contratante faça opção pela aquisição junto a terceiros dos materiais necessários a realização dos serviços, permanecerá (ão) os prazos previsto(s) nos subitens 5.1.31 a 5.1.33 deste Termo de Referência.

5.1.36. Refazer ou corrigir os serviços dos subitens 5.1.31 a 5.1.33 não aceitos com absoluta prioridade e diligência, às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento da recusa pelo Contratante.

5.1.37. Os serviços abaixo descritos deverão ser realizados no prazo máximo de 6h (seis horas):

- a) alinhamento de direção;
- b) cambagem;
- c) balanceamento;
- d) troca e rodízio de pneus;
- e) troca de filtros de óleo, ar e combustível;
- f) troca de bateria;
- g) regulação de faróis; e
- h) troca de lâmpadas e outros ajustes de pequeno vulto.

5.1.38. Corrigir os serviços não aprovados, descritos no subitem 5.1.37, no prazo máximo de 6h (seis horas), contados do momento da recusa pelo Contratante.

5.1.39. A gestão e fiscalização do Contrato ficará a cargo da Coordenação de Serviços Gerais/Seção de Gerenciamento de Frota (COSER / SEGEF).

5.1.40 Contatos na SEGEF: telefone: (61) 3312-4320 – 2º SGT EB **ALENCAR** MARQUES PEREIRA - E-mail: alencar.pereira@defesa.gov.br

Das instalações físicas e ferramentas da Contratada

5.1.41. deverá possuir estrutura predial adequada e com total segurança; e

5.1.41.1. deverá dispor de ferramentas em geral, considerada a afinidade com os serviços dos veículos constantes do Item 1 - DO OBJETO deste TR, entre elas: chaves, gabaritos, sacas rolamentos e terminais, componentes digitais de leitura e diagnóstico para motores de combustíveis, diesel, gasolina ou misto (gasolina /álcool), analisadores, suportes variados para ajustes, acessórios mecânicos, hidráulicos e eletrônicos, elevadores compatíveis com o peso bruto dos veículos listados, aparelhos de medição vertical/horizontal de cambagem e alinhamento, balanceador de pneus, unidade recicladora de ar-condicionado e demais equipamentos afins, aparelho de medição de gases poluentes, mesa alinhadora de monobloco, expansores hidráulicos, aparelhos de solda (oxigênio e elétrica) e outros.

Dos profissionais da Contratada

5.1.42. dispor em seu quadro próprio de pessoal, funcionários especializado em mecânica geral, mecânica para regulação eletrônica/injeção de combustível gasolina/álcool e diesel, alinhador de suspensão e eletricista;

5.1.42.1. acrescenta-se a necessidade de balanceador de pneus, lanterneiro, pintor, tapeceiro, técnico em ar-condicionado; sem prejuízo de outros serviços de apoio/auxiliar e consultoria técnica; e

5.1.42.2. A Contratada deverá disponibilizar de profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e Convenções Coletivas de Trabalho, para que os requisitos indispensáveis do objeto para atender à demanda, incluindo padrões mínimos de qualidade, sejam alcançados.

Dos conceitos de manutenções

5.1.43. as manutenções se dividem em preventiva e corretiva e deverão ser realizadas por pessoal especializado, sujeitas à comprovação técnica, dispensada aos respectivos auxiliares;

5.1.43.1. entende-se por MANUTENÇÃO PREVENTIVA a série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nos mecanismos e nas peças dos veículos, com o escopo de mantê-los em perfeito estado de funcionamento, de acordo com as recomendações do fabricante, Manual do Condutor e outras orientações expressas neste TR;

5.1.43.2. incluem-se na manutenção preventiva, sem exclusão do que se fizer necessário:

a) revisões previstas no Manual do Condutor de cada veículo, embasadas na quilometragem pré-definida; a exemplificar: 5.000 km, 10.000 km, 15.000 km, etc.;

b) revisão de freios e embreagem;

c) revisão do sistema de direção;

d) ajustes mecânicos e elétricos;

e) revisão do sistema de suspensão;

f) teste geral da parte elétrica;

g) revisão do sistema de ar-condicionado;

h) alinhamento de direção, cambagem e balanceamento de rodas; e

i) toda mão de obra, seja: mecânica, elétrica ou eletrônica.

5.1.43.3. Entende-se por MANUTENÇÃO CORRETIVA a série de procedimentos destinados a recolocar os veículos em seu perfeito estado de funcionamento, seja efetuando ajustes, regulagens ou reparos, substituindo peças, mecanismos, componentes, suprimentos, acessórios, inclusive pneus, latarias, borrachas, forros e outros que se fizerem necessários;

5.1.43.4. Incluem-se na manutenção corretiva, sem exclusão do que se fizer necessário:

a) substituição de peças, acessórios, latarias, mecanismos, componentes, suprimentos desgastados, quebrados ou com defeitos;

b) reparo de ar-condicionado;

c) retífica de motor;

d) reparo em câmbio e diferencial;

- e) reparo de suspensão;
- f) reforma de estofamento, carpete e forro;
- g) lanternagem; e
- h) pintura etc.

De segurança e Normas

5.1.44. A Contratada deverá:

- a) atender às normas da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) da AC/MD, Portaria Normativa nº 2/GM-MD/2019.
- b). entregar na Coordenação de Segurança da AC/MD a primeira via do Termo de Responsabilidade (**Apêndice V**) assinado pelo prestador de serviços e a primeira via do Termo de Confidencialidade (**Apêndice VI**) assinado pelo representante da Contratada.
- c) demonstrar que possui mecanismos que assegurem a segurança das informações da AC/MD por ela acessadas direta ou indiretamente (acesso aos ativos que contêm informações) e cumprir o disposto na POSIC quando aplicável.

Da comunicação

5.1.45. A Contratada deverá informar à Administração Central do Ministério da Defesa (AC/MD), por escrito, o nome completo e número de telefone do preposto da empresa para que, caso necessário, seja acionado a fim de sanar qualquer problema que venha a ocorrer com o serviço prestado durante a vigência contratual/garantia.

5.1.46. Será utilizado o Modelo de Termo de Responsabilidade pelo Recebimento do Veículo (**Apêndice VIII**) deste Termo de Referência.

5.1.47. A execução dos serviços será iniciada mediante solicitação contida na Ordem de Serviço (**Apêndice III**), que será enviada ao adjudicatário com um prazo de antecedência de, no mínimo, 3 (três) dias da data da realização do serviço.

5.1.48. A comunicação oficial entre a Contratante e a Contratada se dará por intermédio do preposto e por documentação escrita (ofícios e correio eletrônico institucional)

5.1.49. Os questionamentos da fiscalização por meio de correspondência oficiais deverão ser respondidos em até 48 (quarenta e oito) horas quando for acionada por meio de correspondência oficial, sob pena de que lhe sejam aplicadas as sanções cabíveis.

Local da prestação dos serviços

5.2. Todos os serviços serão realizados nas oficinas de propriedade da Contratada, não sendo admitida subcontratação.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades, promovendo sua substituição quando necessário

5.3.1. A execução dos serviços deve ser feita por mão de obra treinada e qualificada.

5.3.2. A contratada deverá dispor de literatura técnica específica do equipamento a instalar (Boletim Informativo, Manual de Serviço, Catálogo de Peças do fabricante do item).

5.3.3. Somente deverão ser fornecidas peças novas genuínas original ou reposição original, sendo vedado o fornecimento de peças reutilizadas ou recauchutadas, ficando a empresa Contratada responsável por qualquer dano causado às instalações decorrente da aplicação de peças reaproveitadas. Em nenhuma hipótese, será permitida a utilização de peças de fabricação caseira.

5.3.4. As peças utilizadas não poderão alterar as características técnicas ou estéticas originais das instalações.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do órgão tem como base as características mencionadas e está de acordo com o **Apêndice IV** – Histórico de Consumo de Manutenção.

5.4.1. Os veículos que compõem este processo foram divididos em 05 (cinco) grupos, totalizando 10 (dez) itens, conforme apresentado na tabela acima facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

5.4.2. As peças a serem adquiridas devem ser genuínas, originais ou reposição original possuindo as mesmas especificações técnicas, características e padrões de qualidade das peças de produção genuínas, segundo a norma ABNT NBR 15296 ou outra que venha a substituí-la, **não sendo aceitos** peças ou itens remanufaturados / reconicionados/ recuperada e paralela.

5.4.2.1. Para efeitos deste Termo de Referência e das contratações que dele possam resultar, serão utilizadas as definições da ABNT NBR 15.296:2005 – Veículos rodoviários automotores – peças – vocabulário:

5.4.2.2. Peça de produção original: peça que integra um produto original (veículo automotor) em sua linha de montagem;

5.4.2.3. Peça de reposição original: também denominada peça genuína ou peça legítima, destinada a substituir peça de produção original para efeitos de manutenção ou reparação, caracterizada por ter sido concebida pelo mesmo processo de fabricação (tecnologia), apresentando as mesmas especificações técnicas da peça que substitui;

5.4.2.4. Peça de reposição : também denominada peça de pós-venda, é destinada a substituir peça de produção original ou peça de reposição original, caracterizada pela sua adequação e intercambiabilidade, podendo ou não apresentar as mesmas especificações técnicas, características de qualidade (por exemplo, material, resistência, tratamento de beneficiamento, desempenho e durabilidade) da peça de produção original.

5.4.2.5. Peça remanufaturada: peça ou componente de produção original usado, caracterizado por ter sido submetido a processo industrial pelo próprio fabricante original deste ou em estabelecimento autorizado deste fabricante, para restabelecimento das funções e requisitos técnicos originais.

5.4.2.6. Peça reconicionada: peça ou componente de produção original usado ou, ainda, peça ou componente de reposição usado, caracterizado por ter sido submetido a processo técnico e/ou industrial para restabelecimento das funções e requisitos técnicos originais.

5.4.2.7. Peça recuperada: peça ou componente de produção original usado ou componente de reposição original usado ou, ainda, peça ou componente de reposição usado, caracterizado por ter sido submetido a processo artesanal para restabelecimento de funcionalidade.

5.4.2.8. A peça de reposição original (peça genuína ou peça legítima), será fornecida em embalagem da montadora do veículo e com o código da montadora correspondente àquela peça (part number).

5.4.3. Peça genuína, original, é aquela conhecida como peça legítima ou peça de produção/reposição original que para efeito de manutenção ou reparação, é caracterizada por ter sido concebida pelo mesmo processo de fabricação (tecnologia) da montadora, apresentando as mesmas especificações técnicas da peça que substitui.

5.4.3.1. Certifica-se que a vedação as peças remanufaturadas, reconcondicionadas e recuperada se justificam em razão das especificações do fabricante, para que não ocorra a perda da garantia, nem tampouco impacte no correto funcionamento do veículo. Não se caracterizando restrição por parte do órgão é sim por seu fabricante. Conforme já informado no subitem 4.15 deste artefato.

5.4.4. Que na hipótese de existirem peças não contempladas neste Termo de Referência, na execução contratual, deverá ser realizada uma pesquisa de preços, por parte da empresa contratada, junto ao mercado fornecedor, informando via relatório ao fiscal do contrato, que, após certificar-se das cotações realizadas, autorizará a empresa contratada a adquiri-las do fornecedor que apresentar a oferta mais vantajosa, em regra a de menor preço.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante todo o período do CONTRATO.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.18.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.18.2. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.26. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados.

6.27. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

6.28. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

6.29. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.29.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta

promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos nos arts. 124 e 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.29.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste instrumento, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

6.29.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

6.29.4. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

6.29.5. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.29.6. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.29.7. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.29.8. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.29.9. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.29.10. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.29.11. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da IN nº 5/SEGES/MP/2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

6.29.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **Apêndice VII**, anexo a este Termo de Referência.

7.1.1. A utilização do IMR ocorrerá preferencialmente, por meio de ferramentas informatizadas para verificação do resultado, quanto à qualidade e quantidade pactuada.

7.1.1.1. Certifica-se que este Ministério, ainda, não possui ferramentas informatizadas, dessa forma será utilizado o Instrumento de Medição do Resultado (IMR) apêndice VII do TR Digital nº 58/2023, constante nos autos.

7.1.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1.1. não produzir os resultados acordados;

7.1.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Durante a vigência do contrato a Administração adotará o Instrumento de Medição de Resultado – IMR (Apêndice VII), de acordo com os parâmetros estabelecidos na IN SLTI/MP nº 05/2017.

7.3.2. O fiscal do contrato deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

7.3.3. O preposto deverá, por assinatura no documento, tomar ciência da avaliação realizada.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo junto ao Ministério da Defesa - MD (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, VII do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, VII, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

- 7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.11.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133 /2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.31. Não será permitida a antecipação de pagamentos.

Cessão de crédito.

7.32. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.33. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.34. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.35. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.36. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO para os itens nº. 1, 3, 5, 7 e 9 (homem/hora) e MAIOR DESCONTO nos itens nº 2, 4, 6, 8 e 10 para fornecimento de peças, sendo vencedor aquele que tiver ofertado e alcançado o **menor preço global do grupo**, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será a empreitada por **Preço Unitário**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.4.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.4.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.4.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.4.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.4.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.5.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.5.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.5.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.5.7 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.6. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.6.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

8.6.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.6.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.6.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10 % do valor total estimado da contratação.

8.6.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.6.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.6.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.6.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.6.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.7. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.7.1. Apresentar declaração formal que disporá, por ocasião da contratação, pessoal técnico, instalações e aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos (art. 67, III, da Lei nº 14.133/2021), sob as penas cabíveis. Conforme modelo disponível no Apêndice IX.

8.7.2. A declaração acima poderá ser assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.7.3. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso

8.7.4. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer a respeito de contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.7.4.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.7.4.2. A soma dos atestados apresentados deverá comprovar o fornecimento de quantitativos, mínimos, equivalentes a 20% (vinte por cento) da quantidade prevista para cada item deste Estudo Técnico Preliminar.

8.7.4.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.7.4.4. Os atestados serão exigidos de todos os grupos, com exclusão dos itens; item 1 do grupo 1 e item 1 do grupo 3. Por não atingir o valor significativo de 4% do valor total estimado da contratação. Conforme §2º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021

“será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados”. Além disso, registre-se que só é possível a exigência de atestado quanto às parcelas de maior relevância, entendidas essas como as que possuem valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação (art. 67, §1º).”

8.7.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.7.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.8. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.8.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.8.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.8.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.8.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.8.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.8.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.8.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 142.249,24

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 142.249,24 (cento e quarenta e dois mil duzentos e quarenta e nove reais e vinte e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela, item 1.1. deste Termo de Referência.

9.2. Os valores unitários estimados na tabela item 1.1. deste artefato, caracterizam os "Preços Máximos" para cada itens de cada grupo.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 52101 (Ministério da Defesa);

II) Fonte de Recursos: 0100;

III) Programa de Trabalho: 05.122.0032.2000.0001 (Administração da Unidade) - PTRES 185.213; e;

IV) Elemento de Despesa: ND 33.90.39-19 – Manutenção e conservação de veículos.

11. APÊNDICES AO TERMO DE REFERÊNCIA

11.1. Apêndice I - Estudos Técnicos Preliminares (6758249);

11.2. Apêndice II - Declaração do Licitante;

11.3. Apêndice III - Ordem de Serviço;

11.4. Apêndice IV - Histórico de Consumo de Manutenção.

11.5. Apêndice V - Termo de Responsabilidade;

11.6. Apêndice VI - Termo de Confidencialidade;

11.7. Apêndice VII - Instrumento de Medição do Resultado (IMR);

11.8. Apêndice VIII - Modelo de Termo de Responsabilidade pelo Recebimento do Veículo; e

11.9. Apêndice IX – Declaração Formal de Quadro Profissional e Estrutura da Empresa Licitante.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ONIVALDO DE FATIMA ROCHA

Chefe da Seção de Gerenciamento de Frota/MD- SEGEF

*Assinou eletronicamente em 15/12/2023 às 10:27:34.***ALENCAR MARQUES PEREIRA**

Supervisor da Seção de Gerenciamento de Frota/MD- SEGEF

*Assinou eletronicamente em 15/12/2023 às 10:33:47.***ODILON MAZZINI JUNIOR**

Diretor do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais

*Assinou eletronicamente em 15/12/2023 às 08:57:10.***UIARA ALVES DOS SANTOS MOREIRA**

Assistente Técnico Militar

*Assinou eletronicamente em 14/12/2023 às 17:25:20.***WALDIR FRANCISCO DAS NEVES SILVEIRA JUNIOR**

Ordenador de Despesas

*Assinou eletronicamente em 15/12/2023 às 15:29:42.*

